

sentido do desenvolvimento de um espírito crítico face à verdade imposta pelo regime. Chegado a Coimbra em 1968, desenvolveu um papel de destaque na crise que eclodiu no ano seguinte, durante a qual foi preso e enviado para a tropa, primeiro em Mafra e depois em Moçambique. Na crise de 1969 participou também o pediatra Luís Januário, o mais jovem entre os entrevistados. Nasceu em Coimbra, numa família com uma clara tradição de oposição ao Estado Novo, pois o seu avô materno, anarquista, morreu no Tarrafal, enquanto o pai, *compagnon de route* do PCP, sofreu alguns meses de prisão em 1962.

A actividade política de Luís começou logo no liceu e continuou na Faculdade de Medicina, onde pertenceu, antes de aderir ao PCP, aos grupos mais radicais, sobretudo trotskistas, apelidados de «contestas» pelos outros estudantes. Interessante é a visão que este entrevistado traz dos organismos estudantis que tinham sido fundamentais nas outras crises, como o Conselho das Repúblicas, que, em 1969, aos seus olhos, já aparece como algo de antigo, como um grupo de «veteranos dos copos, uma coisa arcaica».

É com esta entrevista que melhor nos apercebemos da clivagem geracional que separa os protagonistas das crises de 1962, 1964-1965 e 1969, em que todas as temáticas são renovadas também à luz dos acontecimentos internacionais e sobretudo do Maio francês. Diferente parece ainda a vivência do dia a dia do activismo, a dimensão quase «lúdica», festiva, da política, que não se conhe-

cia antes. Assim, entre os protagonistas das crises anteriores há quem defina o movimento de 1969 como «uma bolha», um acontecimento folclórico, contestando-lhe sobretudo o abandono da luta de classe e a ingénuo confiança na força revolucionária do «estudantariado».

Mas, se o movimento tinha mudado, a repressão continuava a mesma e Luís Januário, preso pela PIDE, no dia em que o homem chegou à Lua estava numa cela, sem poder assistir ao evento, uma situação que, significativamente, também outros entrevistados lembram. Assim, esta imagem de forte carga simbólica parece quase resumir em si o conteúdo mais profundo das várias experiências narradas pelos entrevistados, a luta contra aquele obscurantismo social, cultural e político que o regime continuava a perpetuar, procurando bloquear o poderoso e irreversível processo de mudança e modernização que estava a envolver também a sociedade portuguesa.

GUYA ACCORNERO

Nuno Estêvão Ferreira, A Sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, 258 páginas.

Em 1959, sob a égide de Manuel Franco Falcão, é criado na Diocese de Lisboa o Secretariado de Informação Religiosa (SIR). O seu órgão

oficial, o *Boletim de Informação Pastoral (BIP)*, publicado entre Maio de 1959 e Outubro de 1970, faria eco da atenção prestada à sociologia pela Igreja portuguesa e, do mesmo passo, reflectiria as mudanças operadas no campo religioso na década de 60.

Entretanto, Adérito Sedas Nunes desenvolvia um trabalho pioneiro na consolidação das ciências sociais em Portugal, não sendo exagerado qualificá-lo como o fundador da sociologia contemporânea portuguesa, com um labor desenvolvido ao longo de décadas que marcará de forma indelével o panorama intelectual do nosso tempo. A figura tutelar de Sedas Nunes afirmou-se sobretudo com a criação, em 1962, do Gabinete de Investigações Sociais (GIS), integrado no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, mas, como bem salienta Nuno Estêvão Ferreira neste livro, não é possível compreender o seu percurso académico e intelectual sem atender à acção que desde 1952 desenvolveu no Gabinete de Estudos Corporativos (GEC) e no Centro de Estudos Sociais e Corporativos, que dirigiu entre 1957 e 1959.

Os caminhos convergentes da Igreja — ou, mais precisamente, do Secretariado de Informação Religiosa, através do *BIP* — e de Adérito Sedas Nunes constituem o tema deste livro de Nuno Estêvão Ferreira, que corresponde, com profundas alterações, à dissertação de mestrado apresentada em 2001 no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e

da Empresa com o título *Da Secularização à Laicidade na Sociedade Portuguesa: a Sociologia Religiosa e o Secretariado de Informação Religiosa (1959-1970)*.

Como sugeria este título, a obra centrava-se no SIR e analisava, com o rigor que sempre caracteriza o trabalho aturado de Nuno Estêvão Ferreira, a trajectória do *BIP*, nela descortinando aquilo que designa por «espaço social do religioso», à luz dos conceitos de secularização, laicização e laicidade (e que o autor, da forma rigorosa que atrás referimos, logo explicita nas primeiras páginas deste livro). Uma leitura precipitada da obra poderia sugerir que agora se procurou como que integrar no âmbito mais limitado e circunscrito do texto original — dedicado ao SIR e ao *BIP* — uma análise do papel pioneiro de Sedas Nunes na institucionalização das ciências sociais em Portugal. Para esse erro contribui, temos de reconhecê-lo, o próprio título do livro, *A Sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade*. De facto, quem julgar encontrar aqui uma história sistemática da sociologia portuguesa na segunda metade do século XX sairá naturalmente frustrado. Mas — e esse é o ponto decisivo — não será possível, a partir de agora, proceder a essa história sem ter em conta a presente investigação de Nuno Estêvão Ferreira. O autor, de resto, jamais pretendeu realizar uma história da sociologia portuguesa no período que vai de meados da década de 50 até aos anos

70. Porém, não sendo essa a sua intenção original, acabou por fazê-lo em larga medida, do mesmo passo que nos ofereceu a primeira investigação académica sobre a acção de Adérito Sedas Nunes, ultrapassando o registo compreensivelmente laudatório das evocações feitas por aqueles que foram marcados mais de perto por uma personalidade daquela dimensão e envergadura intelectuais. A sociologia portuguesa não nasceu aqui, mas foi nessa época que adquiriu o estatuto científico que actualmente detém. Nuno Estêvão, aliás, jamais afirma que coube ao SIR e ao GIS a «criação» das ciências sociais em Portugal, preferindo usar o termo «consolidação», que é, obviamente, o mais apropriado. Para tal «consolidação», a circunstância de a sociologia surgir associada a uma estrutura com o peso institucional da Igreja e a dinâmica imprimida por Sedas Nunes ao GEC e ao GIS foram, sem dúvida, elementos decisivos. Existiam, além disso, condições externas que certamente contribuíram para o sucesso do SIR e de Sedas Nunes, nomeadamente a preocupação de muitos pelo «bloqueio» do corporativismo e as reflexões desenvolvidas, em vários lugares e por vária gente, sobre a necessidade de relançar o projecto fundador do Estado Novo, adaptando-o às novas realidades do pós-guerra — o que implicava, como é evidente, um melhor conhecimento da sociedade portuguesa, que as entidades oficiais manifestamente não possuíam nem eram ca-

pazes de adquirir pelos seus próprios meios. A conjuntura claramente favorecia o trabalho do SIR e, sobretudo, do GEC. O corporativismo entrara numa fase de autocrítica, a qual, sem ter produzido grandes resultados a nível de uma inflexão política ou mesmo de um enriquecimento doutrinário no interior do regime, concedeu uma abertura possível à actividade de Sedas Nunes.

O cuidado e a meticulosidade da investigação constituem, indubitavelmente, duas das facetas mais características do labor de Nuno Estêvão Ferreira. Através de um levantamento exaustivo, realizado com paciência beneditina e uma organização interna de uma clareza meridiana, Nuno Estêvão já havia escrito aquele que é, sem sombra de qualquer dúvida, o melhor ensaio alguma vez produzido sobre a primeira fase da revista *O Tempo e o Modo*, que dificilmente poderá vir a ser superado¹. Sublinhe-se que esta obra fundamental (e definitiva) constituiu o trabalho de licenciatura em Teologia do autor, que logo aqui revelou uma maturidade e uma profundidade intelectuais que, infelizmente, nem sempre caracterizam os trabalhos de investigação em ciências sociais dados à estampa no nosso país. A par disso, Nuno Estêvão Ferreira foi produzindo, com a qualidade e o rigor que o distinguem, artigos e textos sobre a temática que lhe é mais cara: a Igreja e os percursos do catolicismo português no período contemporâneo. Ainda que também já haja trabalhado sobre fa-

ses anteriores da nossa história (por exemplo, um ensaio sobre a restauração do tomismo em Portugal no século XIX), poderão citar-se, a título de exemplo, os textos «Da reconquista cristã à irreversível pertinência da laicidade. O percurso histórico da *Ação Católica Portuguesa*»², «Os meios católicos perante a guerra colonial: reconfigurações da questão religiosa em Portugal»³ ou «O catolicismo português e a guerra colonial: legitimação e contestação»⁴. Este é o seu primeiro livro.

Nuno Estêvão integra uma plêiade de investigadores que, numa perspectiva histórico-sociológica, se têm debruçado sobre o fenómeno religioso na história contemporânea de Portugal, sendo de justiça destacar a acção decisiva que neste campo vem sendo desenvolvida pelo Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Pesem as conhecidas diferenças geracionais e de percursos académicos, poderão citar-se, a este propósito, os trabalhos levados a cabo por Paula Borges Santos sobre o «caso Rádio Renascença», por Bruno Cardoso Reis sobre as relações entre Salazar e o Vaticano ou, enfim, por João de Almeida sobre a oposição católica nos anos 60 (infelizmente, inédito). Trata-se, naturalmente, de uma listagem não exaustiva, onde poderíamos incluir ainda os nomes de Paulo Fontes ou Jorge Revez e, naturalmente, de António Matos Ferreira. Apesar de já terem sido produzidos um *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, sob a direc-

ção de Carlos Moreira Azevedo, e uma *História Religiosa de Portugal*, coordenada por Manuel Clemente e António Matos Ferreira, existe «capital humano» para produzir novas obras de grande fôlego sobre a Igreja Católica em Portugal. Na sua feitura, Nuno Estêvão poderia fornecer um contributo cuja qualidade e seriedade já se entrevêem perfeitamente neste seu livro, *A Sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade*.

Como se advertiu no início, este livro não constitui uma justaposição de dois temas de alcance e conteúdo distintos: o Secretariado de Informação Religiosa, por um lado, e a acção de Adérito Sedas Nunes, por outro. Pelo contrário, um dos principais méritos da obra reside justamente na forma como Nuno Estêvão entrecruza a trajectória institucional do SIR e a trajectória intelectual de Sedas Nunes, mostrando, logo no primeiro capítulo, que ambas são tributárias do mesmo contexto de «reformismo religioso» que despontou na década de 50 e se aprofundou no decénio seguinte. É neste decénio, nos anos 60, que se assiste a um duplo fenómeno, descrito brilhantemente no quarto capítulo do livro: a consolidação da estratégia de reforma pastoral nos meios institucionais do catolicismo português, por um lado, e, por outro, a afirmação da cientificidade na abordagem das religiões como objecto social. O autor mostra-nos como a institucionalização científica da sociologia religiosa em Portugal não foi um processo pacífico nem isento de tensões. A pluralidade de

abordagens e perspectivas (a que os ventos renovadores do *aggiornamento* conciliar não foram alheios), a bifurcação entre pastoral e ciência, a compreensão do fenómeno religioso nesta sua dupla natureza (objecto de culto/objecto de estudo), são tópicos que Nuno Estêvão explora de forma modelar, numa exposição clara, num estilo sóbrio e contido e, sobretudo, de um modo exemplarmente rigoroso. No fundo — e trata-se, obviamente, de uma simplificação grosseira —, o autor revela-nos como foi possível consolidar as ciências sociais no Portugal dos anos 60, quando a orientação formativa de Sedas Nunes ainda não frutificara com a pujança que teria lugar anos depois. A par disso, este estudo tenta responder a uma outra interrogação: como é possível as próprias estruturas eclesiais abordarem a fé e a crença enquanto fenómeno sociológico, passível de ser estudado e analisado científica e criticamente? A resposta a esta perplexidade só pode ser obtida, como Nuno Estêvão intui claramente, no contexto de um processo de secularização, ponto que porventura o autor poderia ter explorado com maior profundidade, situando-o no quadro do conceito weberiano de «desencantamento do mundo» (que, aliás, serve de título a uma obra fundamental de Marcel Gauchet, que igualmente mereceria ter sido citada).

Esta não é, teremos de o reconhecer, uma obra que vá suscitar a adesão entusiástica do «grande público». O que, diga-se, não é algo

que se fique a dever a qualquer demérito da obra, antes representa um ponto a seu favor. Em lugar de escolher um tema «apelativo» para os leitores, Nuno Estêvão trilhou discretamente caminhos mais áridos, mas não menos importantes. Não se prevê o surgimento de um *best-seller*. Mas há algo que, independentemente disso, muito para além disso, esta obra já é: uma referência incontornável para compreender o lugar da sociologia no panorama actual das ciências sociais. Com este livro, o autor trouxe à superfície uma realidade algo ignorada, até por preconceitos ideológicos que aqui não interessa exautorar: o papel que as instituições eclesiais tiveram na afirmação das ciências sociais na segunda metade do século xx português. E a isto deveremos juntar o facto de esta ser a primeira obra que, através de uma análise sistemática do seu trabalho, faz justiça à memória de Adérito Sedas Nunes. Entre a Igreja e a universidade, Sedas Nunes reflectiu e estudou uma realidade social em mudança, sem as preocupações de reforma pastoral que atravessaram o Secretariado de Informação Religiosa, mas com outras — muitas — preocupações de diversa índole. Intelectual católico num mundo secularizado, Adérito Sedas Nunes foi indubitavelmente uma figura com um percurso singular, que dele fez um dos maiores intelectuais portugueses da segunda metade do século xx. A partir de agora podemos acompanhá-lo nos primeiros passos desse seu percurso.

NOTAS

¹ Cf. Nuno Estêvão Figueiredo M. Ferreira, «*O Tempo e o Modo. Revista de Pensamento e Acção* (1963-1967): repercussões eclesiológicas de uma cultura de diálogo», in *Lusitania Sacra*, 2.ª série, n.º 6, 1994.

² In *A História Nunca Pode Ser Travada. 20 Anos do Movimento Católico de Estudantes, 1980-2000*, vol. 1, Lisboa, Movimento Católico de Estudantes, 2000.

³ In *Lusitania Sacra*, 2.ª série, n.º 12, 2000.

⁴ In *A Igreja e o Estado em Portugal. Da Primeira República ao Limiar do Século XXI*, Vila Nova de Famalicão, Editora Ausência-Museu Bernardino Machado, 2004.

ANTÓNIO DE ARAÚJO

José Manuel Rolo, O Regresso às Armas. Tendências das Indústrias da Defesa, Lisboa, Edições Cosmos, 2006, 238 páginas.

O título do livro *O Regresso às Armas* é representativo da análise cativante e fundamentada sobre a evolução da indústria de armamento, desenvolvida pelo autor mediante uma linguagem simples e um raciocínio sintético e objectivo, ao alcance de qualquer leitor curioso por saber quanto e como se gasta o dinheiro na defesa, pese embora o desinteresse generalizado sobre o tema, sobretudo por elementos da comunidade académica, profissionais e peritos directamente relacionados

com estas matérias. De resto, não se trata de algo específico à opacidade característica do tema. Em Portugal faz-se pouca investigação sobre políticas públicas, em geral, independentemente do sector.

Abstenho-me de fazer uma degustação dos vários capítulos, prática comum às recensões, porque roubaria o prazer a quem se sentir disposto a aventurar-se na leitura deste livro e a saborear o seu conteúdo. Penso ser mais oportuno salientar alguns pontos transversais às várias metamorfoses da industrialização da guerra, tratadas com perspicácia ao longo dos seis capítulos que compõem a obra.

Em primeiro lugar, «a ordem mundial é um complexo sistema de acções e reacções entre unidades atomizadas». Não obstante o quotidiano das suas relações se processar mediante regras e leis comumente reconhecidas e respeitadas e de um modo estruturado, racional e previsível, a ausência de governo mundial coloca os Estados num estado de natureza hobbesiano caracterizado pelo medo, insegurança, violência, guerra e recurso à força: «the nature of war consisteth not in actual fighting; but in the known disposition thereto, during all the time there is no assurance to the contrary [...] in all times, Kings, and persons of sovereign authority, because of their independence, are in continual jealousies, and in the state and posture of gladiators; having their weapons pointing, and their eyes fixed on one another; that is, their